

Acessibilidade

A Psicologia pode contribuir na ampliação de políticas de inclusão, auxiliando na desconstrução de políticas paternalistas, assistencialistas e na desconstrução de preconceitos. A/O psicóloga/o que se propõe a trabalhar com pessoas com deficiência precisa ter a compreensão de que a deficiência não se trata de uma doença, mas de limitações – que podem ou não ocasionar sofrimento. Deve conhecer mais sobre o tema, auxiliando no reconhecimento da deficiência, acolhendo a diversidade sem preconceitos.



ESTAR ATENTO ÀS DIFERENTES BARREIRAS E SEUS SIGNIFICADOS TAMBÉM DEVE FAZER PARTE DO TRABALHO DA/O PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA.

Ao trabalhar com conceito social de inclusão e os estigmas atribuídos às pessoas que se diferenciam em função de um corpo com limitações diferentes da maioria, para a psicóloga Mariane Rodrigues, conselheira do CRPRS, atender essas pessoas implica reconhecer em cada uma delas a dimensão de sujeitos com potencialidades. O conceito de deficiência é um conceito em evolução e a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras atitudinais e ambientais que impedem sua plena e efetiva participação na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. “Estar atento às diferentes barreiras e seus significados também deve fazer parte do trabalho da/o profissional em Psicologia”, explica Mariane.

O CONCEITO DE DEFICIÊNCIA É UM CONCEITO EM EVOLUÇÃO E A DEFICIÊNCIA RESULTA DA INTERAÇÃO ENTRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E AS BARREIRAS ATITUDINAIS E AMBIENTAIS.



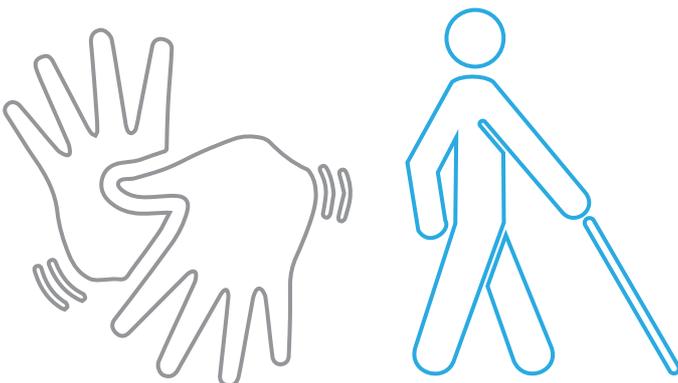
Quando começou a trabalhar com surdos, a psicóloga Simone Girardi logo percebeu que precisava ir além do aprendizado da Língua Brasileira de Sinais (Libras). “Foi necessário conhecer o sujeito e sua cultura a partir de uma imersão na comunidade surda. Além disso, tive que compreender como esses sujeitos entendiam o estar no mundo, já que a percepção deles não é oral e auditiva, mas sim sensorio-visual.” Ao montar seu consultório, Simone preocupou-se em atender a alguns

critérios de acessibilidade. “Procurei um prédio com estacionamento prioritário, piso tátil, rampa de acesso, portas mais largas, elevador, indicações visuais. Além dos cuidados com acústica, para o atendimento de ouvintes, a Libras, por ser visual, exige cuidados com janelas e portas de vidro. Também precisei recorrer às novas tecnologias [WhatsApp, IMO, Skype] a fim de proporcionar comunicação efetiva, especialmente para a marcação das consultas”, destaca.



Brasil tem 46 milhões de pessoas com deficiência

(dados do IBGE 2010)



Foi assistindo a um programa de televisão que apresentava um jovem surdo enfrentando conflitos emocionais que a psicóloga Juliana Neves se viu diante de muitas inquietações. Como os surdos tratam seus conflitos psicológicos? Quem os escuta? A escuta como função do terapeuta é diferente para estas pessoas? É necessário fazer adaptações no *setting* psicoterápico? “Logo percebi uma carência significativa de conteúdo. Encontrei pouquíssima coisa sobre Psicologia,

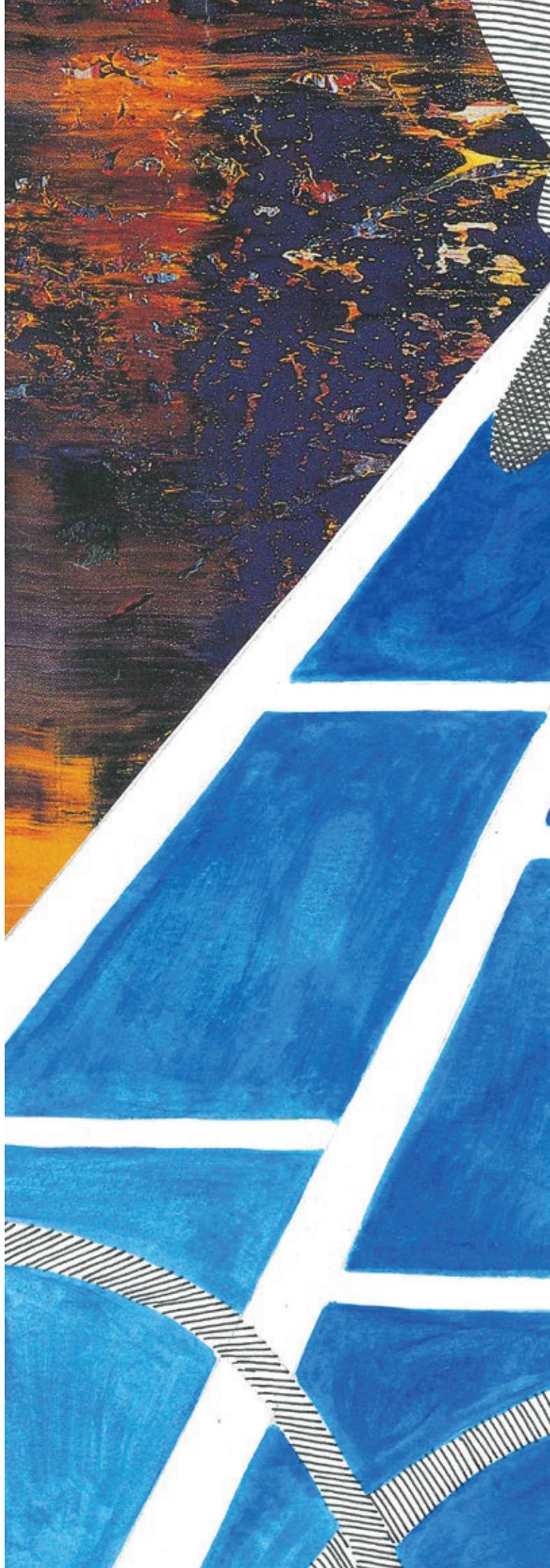
sobretudo, Psicanálise e surdez. Por conta disso, me aproximei mais desse universo para, assim, encontrar minhas respostas”, lembra. “Estar ciente das nuances do contexto social no qual o surdo está inserido, de uma forma geral, se faz necessário para sua compreensão”, ressalta Juliana. Para ela, a principal adaptação, no entanto, é da/o própria/o profissional, que deve aprender a se comunicar garantindo a relação dual própria da psicoterapia psicanalítica, sem a necessidade de um intérprete.



A/O PROFISSIONAL DEVE ESTAR ATENTO ÀS NECESSIDADES DAQUELE QUE O PROCURA. DEVE AMPLIAR SEU REPERTÓRIO PARA MELHOR COMPOR A BATERIA DE TESTES, QUANDO LHE FOR NECESSÁRIA.

O psicólogo João Vitor Haerberle Jaeger, que também atende em Libras, considera necessária uma avaliação dinâmica da demanda para atender. “O profissional deve estar atento às necessidades daquele que o procura. Deve ampliar seu repertório para melhor compor a bateria de testes, quando lhe for necessária. Do contrário, os resultados e sua interpretação podem conduzir a equívocos e diagnósticos desastrosos.”

As/Os psicólogas/os que realizam avaliações psicológicas enfrentam dificuldades em utilizar instrumentos adaptados a pessoas com deficiência. Segundo a psicóloga Cristiane Rangel, responsável técnica da Projecto Soluções em Psicologia, os testes hoje disponíveis não atendem esse público, tornando, assim, a avaliação suscetível a questionamentos e necessitando, por parte das/os profissionais que a realizam, maior flexibilidade e adaptação. “Muitos profissionais focam nas técnicas de entrevista e observação. Outros se valem dos testes padronizados para a população sem deficiências específicas, utilizando os resultados com cautela.” Cristiane observa que a demanda por testes adaptados é crescente e vê alguns pesquisadores brasileiros empenhados em desenvolver estudos com populações específicas para atender essa realidade. “A expectativa é que em breve instrumentos estejam disponíveis a psicólogos.”





A psicóloga Ariane Vieira, diretora da Tamasa, também identifica esse déficit. Ela cita o teste “Colúmbia – Escala de Maturidade Mental” como uma possibilidade de testagem para pessoas com deficiência, mas que não está adaptado para a deficiência visual. Para ela, não parece existir muito interesse por parte das editoras em produzir esse tipo de material. “Para piorar ainda, alguns testes como o ‘PMK’ em Braille já não são mais editados”, afirma.

A psicóloga Isaura Gisele de Oliveira, analista de treinamento e desenvolvimento humano e palestrante, conta que teve que adiar o sonho de ser psicóloga quando a faculdade em que estudava informou que não possuía acessibilidade para que seguisse no curso. Mesmo diante das barreiras educacionais, graduou-se em Pedagogia-Orientação Educacional e Empresarial, bem como se aperfeiçoou em formação em grupos. Passados 20 anos, retomou os estudos na Psicologia. Dessa vez, a maior barreira foi a de ter acesso aos livros. “Famíliares e amigos liam ou digitalizavam inúmeras páginas de livros comprados em formato físico para que um software de voz instalado no meu computador pudesse ler o conteúdo, em virtude da escassez de formatos acessíveis mesmo com a lei que assegura esse direito.”

Para Gisele, é preciso que psicólogas/os se capacitem quanto às questões de inclusão a fim de propiciar suporte a familiares e sociedade. “Sinto que psicólogos ainda têm muitas dúvidas de procedimentos técnicos e convivência, além de quais as implicações psíquicas acerca da deficiência”, analisa. Com relação à inserção de psicólogas/os com deficiência no mercado de trabalho, Gisele observa que muitas/os profissionais obtêm oportunidades via concursos públicos, porém a inserção na iniciativa privada ainda é incipiente. “Precisamos provar a todo momento que nos mantemos qualificados e temos competência para exercer a profissão”, revela.

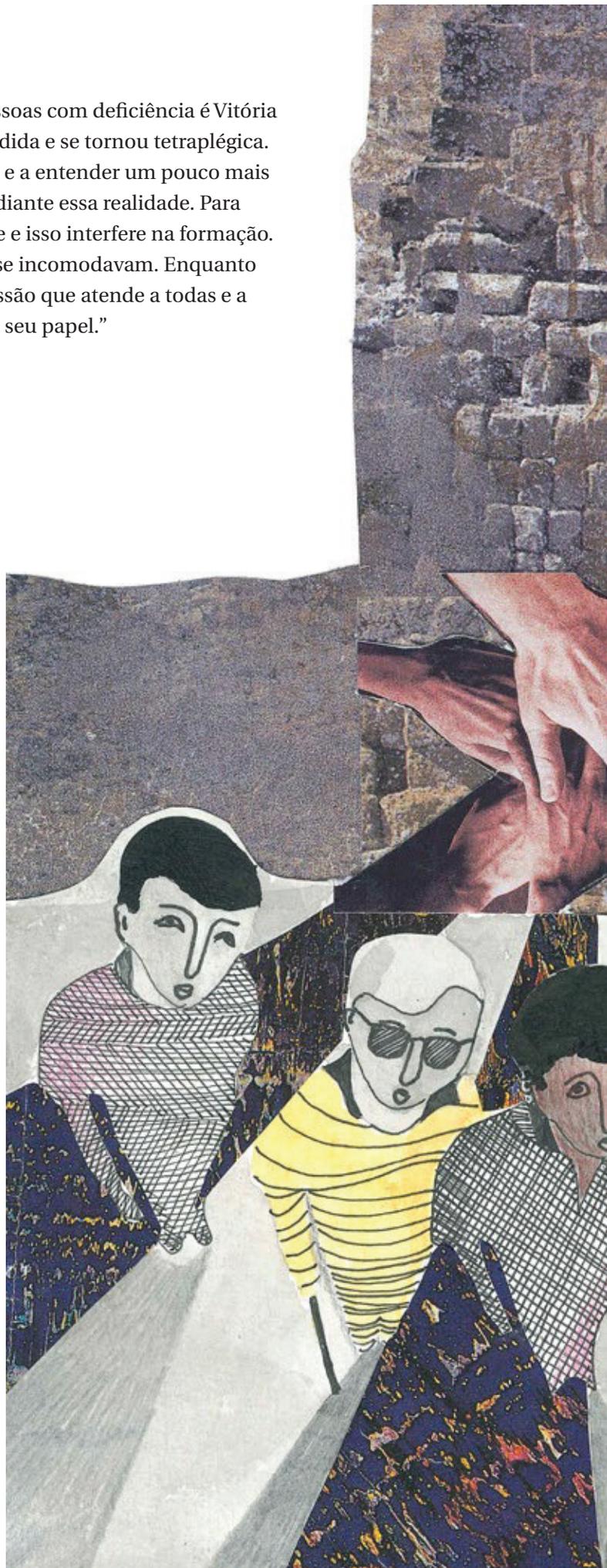
Outra psicóloga empenhada na luta pelos direitos das pessoas com deficiência é Vitória Bernardes. Aos 16 anos, Vitória foi vítima de uma bala perdida e se tornou tetraplégica. Foi ao ingressar na faculdade que começou a se apropriar e a entender um pouco mais sobre o que é ter uma deficiência e as barreiras impostas diante essa realidade. Para Vitória, a Academia ainda não é um espaço de diversidade e isso interfere na formação. “No início eu gravava todas as aulas e alguns professores se incomodavam. Enquanto não conseguirmos entender a Psicologia como uma profissão que atende a todas e a todos e é formada por todas e todos, estaremos aquém de seu papel.”

Vitória atua como psicóloga no Grupo Inclusivass, movimento ligado ao Coletivo Feminino Plural, que tem o objetivo de pontuar as especificidades das mulheres com deficiência. “Não existem políticas públicas voltadas a mulheres com deficiência. É como se nós não existíssemos, mesmo que sejamos quase 14% da população brasileira. Não temos estatísticas sobre quantas mulheres com deficiência sofrem violência ou abuso, mesmo sabendo que muitas são submetidas a isso por seus próprios cuidadores.” Lembra ainda que há muitos casos em que a violência contra a mulher é o que provoca a deficiência. Vitória acredita que a sociedade precisa entender que a deficiência é uma condição ligada à diversidade e não a algo patologizante. Ela também destaca a importância de se dar voz às pessoas com deficiência. “Sem protagonismo, a mudança não acontece de forma plena e legítima”, defende.

Cleci Silva, psicóloga que tem uma patologia degenerativa/progressiva, também acredita na importância da Psicologia promover espaços de discussão para que haja maior sensibilização social sobre o tema e o reconhecimento das pessoas com deficiência enquanto sujeitos de direitos.

Caroline Zangalli, psicóloga que tem má-formação congênita do antebraço e mão esquerda, acredita que a Psicologia precisa trabalhar o olhar do outro sem julgamento prévio. “A sociedade precisa entender que quando a deficiência é somente física, não cognitiva, nossas capacidades são iguais às de todas as outras pessoas.”

A SOCIEDADE PRECISA ENTENDER QUE A DEFICIÊNCIA É UMA CONDIÇÃO LIGADA À DIVERSIDADE E NÃO A ALGO PATOLOGIZANTE.





Para que se amplie o processo de inclusão social de pessoas com deficiência, as políticas públicas são essenciais. “Durante muito tempo considerou-se que a deficiência era um problema individual e familiar, uma fatalidade com que a pessoa deveria se conformar, ficando a seu encargo os esforços por superação e inclusão. À medida em que a sociedade evoluiu para uma ética mais madura e humana, considerou-se que todas as pessoas – inclusive as com deficiência – são sujeitos de direitos e que o Estado deve zelar pela igualdade de oportunidades”, afirma o doutor em Psicologia Paulo Kroeff.

Paulo entende que experienciar limitações faz parte do viver humano. “Ajudar a pessoa a se conscientizar da necessidade de realizar sentidos, e de sua responsabilidade quanto a isso, vendo-se como um ser humano integral, sempre tendo possibilidades a realizar, é um dos grandes papéis que a Psicologia pode exercer no trato com o ser humano.”

Presidente do Conselho Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência (Coepede) por duas gestões, Paulo ressalta o trabalho do Conselho em preservar os direitos e a dignidade das pessoas com deficiência. “Não temos ainda consolidada uma Cultura de Direitos. Há ainda muitas barreiras de todos os tipos [arquitetônicas, urbanísticas, comunicacionais e outras] que dificultam a inclusão da pessoa com deficiência e a pior de todas é a barreira atitudinal, a de ver o ser humano com deficiência como um ser de menor valor e dignidade.”

A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) foi um importante marco nacional ao reconhecer plenamente os direitos da pessoa com deficiência. “Consagra-se o direito à inclusão social plena, já não se admitindo legalmente omissões e discriminações. Apesar do muito que já se avançou, uma grande parte da implementação de tudo que está previsto nesses marcos legais ainda está para ser realizada”, acredita.

Leia mais

- Nota Técnica “Construção, adaptação e validação de instrumentos para pessoas com deficiência”, do Conselho Federal de Psicologia, disponível em <http://bit.ly/2scN3Ka>
- Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015).
- Declaração da ONU 2006.